
MPF do Rio investigará se PF é omissa no combate ao tráfico de drogas

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro instaurou [inquérito civil público](#) para apurar omissão da Polícia Federal no combate ao tráfico de drogas e armas no Estado. A investigação, que será conduzida por procuradores do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial, parte de recente declaração do secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Delegado de Polícia Federal licenciado e ex-responsável pelo setor de inteligência da PF no Rio, Beltrame disse no último dia 20 de outubro, por ocasião do conflito no morro dos Macacos, que o órgão não tem combatido o tráfico de drogas, sobrecarregando a polícia fluminense.

A investigação do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial visa diagnosticar e subsidiar providências relacionadas ao setor de Inteligência e às Delegacias Especializadas na Repressão ao Tráfico de Entorpecentes (DRE) e ao Tráfico de Armas (Delearn) na Superintendência da PF do Rio de Janeiro.

Na portaria de instauração do inquérito civil, o MPF relata que, desde janeiro, chegaram ao conhecimento da Procuradoria da República apenas sete inquéritos policiais voltados à investigação do tráfico internacional de armas, que fortalece o narcotráfico. Segundo os procuradores do Grupo do MPF, esse dado indica a "flagrante subutilização da capacidade investigatória instalada da Polícia Federal no Rio de Janeiro na somatória de forças de enfrentamento da notória militarização das organizações criminosas".

O MPF também decidiu abrir a investigação em função da recusa da Superintendência em prestar esclarecimentos sobre os relatórios de inteligência da Polícia Federal.

"Considerando sua dupla condição de protagonista das ações de Segurança Pública e delegado de Polícia Federal licenciado, as declarações do secretário estadual exigem atenção e sensibilidade redobradas. Sua percepção da conjuntura da Polícia Federal no Rio de Janeiro, com ressonância nos dados ora reunidos, reclama imperiosa apuração por parte do órgão incumbido do controle externo de suas ações", afirmam os procuradores da República Fábio Seghese e Marcelo Freire, do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF-RJ.*

Clique [aqui](#) para ler a íntegra.

Date Created

18/11/2009